

A COMPREENSÃO DA POBREZA: UM DIÁLOGO COM VICTOR VICENTE VALLA

Maria Waldenez de Oliveira

Meu primeiro encontro com o Prof. Victor Vicente Valla deu-se no Depto de Endemias da FIOCRUZ, após sua aula, em 2003. Conversamos em sua sala, onde, generosamente, falou sobre si mesmo e sobre o CEPEL. Falou-me de sua formação católica, da teoria que desenvolveu na década de 80-90 de que não existia um movimento popular em recuo. “Na nossa avaliação, nunca as classes populares deixaram de se organizar. Começamos a interpretar o movimento de defesa e de solidariedade entre si. Começamos a dar importância aos movimentos religiosos” (entrevista à autora)¹. Em 1995 e 1996, fez pós-doutorado na Califórnia para estudar mais a fundo a categoria de “apoio social”: “à medida que um determinado grupo de pessoas percebe que conta com um apoio sistemático, essa percepção, do apoio, faz bem à saúde” (entrevista à autora)¹. Quando voltou do pós-doutorado, começou a traduzir essa categoria para a religião: as igrejas estavam dando esse apoio, especialmente as evangélicas e pentecostais.² Esse olhar atento aos movimentos, a percepção das iniciativas populares, é um olhar com que podemos ampliar nossa compreensão sobre a pobreza.

Uma coisa que me chamou a atenção na convivência com Valla foi a sua certeza de que não há imobilismo por parte da população. Em face do aumento do desemprego e da pobreza e diante do investimento governamental insuficiente para a solução de problemas básicos que afligem as classes populares, a equipe do CEPEL dirigia sua atenção de forma a compreender como os grupos populares da Leopoldina, em face da crise, vinham se defendendo e buscando a sua sobrevivência.

“A característica da gente é estar presente no meio da população de forma sistemática. A própria ideia de projetos de pesquisa vem do encontrar-se de forma sistemática com a comunidade. Talvez a gente tivesse uma certa característica de basismo, que eu não vejo como termo pejorativo. Eu trago isto à proposta de trabalho com a população [...] você só vai saber o que a população pensa se estiver junto com ela, se reunindo.” (entrevista à autora)¹.

Ao propor um trabalho de articulação e pesquisa sobre a fome, disse Valla “quem trabalha contra a fome já tem

uma discussão sobre Nutrição, relação cidade-campo, meio ambiente” (entrevista à autora)¹. Este é um outro pressuposto: que havia um conhecimento, construído sobre as condições concretas de vida, que as iniciativas partiam de uma reflexão sobre essas condições.

A postura do profissional é essencial para o diálogo com esse conhecimento e para a construção compartilhada de novos conhecimentos para o enfrentamento da pobreza, mais do que questões técnicas ou de linguagem.³ Uma postura que propicie o diálogo pressupõe a visão do outro como sujeito, a compreensão de que os saberes da população “...são elaborados sobre experiência concreta, sobre vivências distintas daquelas do profissional”, portanto saberes apenas diferentes, mas não inferiores.^{3:14} Ao buscar a compreensão da pobreza, não deixar, em segundo plano, a pessoa em situação de pobreza.

Estando dentro de um sistema articulado de dominação externa ou interna que subjuga, é necessário estarmos alertas e posicionarmos-nos, denunciando a falsa generosidade com que nos olham certos organismos internacionais bem como empresas internacionais com sua responsabilidade social. Criticar ações que objetivam, mesmo que não de forma explícita, nos manter no mesmo lugar de opressão explícita, de forma alienante, as nossas mazelas, as nossas doenças, por que somos pobres. Dizem o que e como somos, como e com que combater a pobreza, em análises que não explicitam os condicionantes dessa pobreza, tampouco consideram a luta, o conhecimento e as práticas dos nossos movimentos de combate à pobreza.

Ao partir apenas de nossa visão de mundo, podemos ver a pobreza como algo dado, estanque, paralizante, imobilizante, ou justificador e vemos as pessoas que se encontram em situação de pobreza como vítimas ou culpadas, e não como pessoas, como sujeitos. Valla² nos alerta para olharmos as várias iniciativas e conhecimentos populares. Assim, como me disse, quando um político propõe uma política em direção à necessidade das classes populares, na verdade, sua proposta é uma resposta aos movimentos dessas classes. Vejo, por exemplo, na política referente à aids, uma política que se inicia com estigmati-

zação e culpabilização de determinados grupos sociais; a denúncia e mobilização desses mesmos grupos apontaram a necessidade de produção de outros conhecimentos e ações, por exemplo, de fortalecimento desses grupos ou de ações entre pares, num processo de ampliação e complexificação da política não apenas na análise dos determinantes sociais da doença, como também no seu tratamento e prevenção. Outras políticas públicas, como a da saúde da população do campo, da floresta e das águas; da população negra, indígena, entre outras, e recentemente, a política nacional de educação popular em saúde tiveram, em sua origem, demandas de movimentos sociais que já atuavam nesses campos específicos.

Quando realizarmos nossos trabalhos junto às pessoas empobrecidas, é necessário termos clareza de nossos posicionamentos, pois, numa sociedade com tantas desigualdades sociais, quando nos posicionamos, estaremos nos posicionando a favor de alguém ou contra alguém.⁴ E, assim, precisamos estar alertas para não sermos, nós mesmos, falsos generosos, pois, como diz Freire⁴, o fim humanizador não justifica os meios opressores.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira MW. Processos educativos em trabalhos desenvolvidos entre comunidades: perspectivas de diálogo entre saberes e sujeitos. Relatório de Pós - doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Endemias “Samuel Pessoa”, Fundação Oswaldo Cruz; 2003.
2. Valla VV. Globalização e saúde no Brasil: a busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa. In: Vasconcelos EM, organizador. A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec; 2001. p. 39-62.
3. Valla VV. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad Saúde Pública*. 1998; 14(sup2):7-18.
4. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.